

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023**

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	09

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	11
3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	11
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	13
6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	14
7. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBENTURÊS	17
8. PROVISÃO PARA LITIGÍOS	19
9. DIVIDENDOS DECLARADOS	19
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
11. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21
12. PESSOAL E ADMINISTRADORES	21
13. RECONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22
14. REVISÃO E REAJUSTE TARFÁRIO	22
15. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	22
16. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	26
17. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	26
18. EVENTOS SUBSEQUENTES	27

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

À Diretoria da
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 29 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Carlos Santos Mota Filho', is written over a faint, circular official stamp.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de real)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.3	177	163	Fornecedores		4.922	5.784
Investimentos temporários	7.3	35.460	34.982	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	22.413	18.874
Concessionárias e permissionárias	5	13.126	9.509	Tributos a recolher		6.227	4.209
Tributos compensáveis		11.847	13.121	Dividendos declarados	9	1.588	6.381
Serviços em curso		260	-	Encargos setoriais		1.202	757
Despesas pagas antecipadamente		7	-	Outros passivos circulantes		2.842	1.104
Outros ativos circulantes		782	1.600				
Total do ativo circulante		61.659	59.375	Total do passivo circulante		39.194	37.109
Não circulante				Não Circulante			
Investimentos Temporários	7.3	11.437	10.379	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	372.737	390.570
Imobilizado	6.1	424.158	441.487	Total do passivo não circulante		372.737	390.570
Intangível	6.2	26.593	26.855				
Total do ativo não circulante		462.188	478.721	Patrimônio líquido	10		
				Capital social		94.888	94.888
				Reservas de lucro		54.424	23.365
				Proventos Excedentes da Contabilidade Societária		(37.396)	(7.836)
				Total do patrimônio líquido		111.916	110.417
Total do ativo		523.847	538.096	Total do passivo e patrimônio líquido		523.847	538.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de real)

	Nota	2023	2022
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	11	108.325	99.099
Transmissão de energia elétrica		108.325	99.099
Outras receitas		-	-
Tributos		(9.174)	(8.619)
PIS-PASEP		(1.667)	(1.560)
COFINS		(7.507)	(7.059)
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(1.312)	(1.235)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(970)	(890)
Taxa de fiscalização		(342)	(345)
Receita líquida / Ingresso líquido		97.839	89.245
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(26.254)	(17.259)
Pessoal e administradores	12	(2.766)	(2.211)
Material		(216)	(315)
Serviços de terceiros		(3.912)	(2.604)
Arrendamento e aluguéis		(4)	(4)
Depreciação e amortização		(20.140)	(11.899)
Outros		784	(226)
Resultado da Atividade		71.585	71.986
Resultado Financeiro		(27.407)	(36.425)
Receitas financeiras		7.503	2.925
Despesas financeiras		(34.910)	(39.350)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		44.178	35.561
Despesa com impostos sobre o lucro	13	(4.533)	(2.631)
Imposto de renda e contribuição social		(4.533)	(2.631)
Lucro líquido do exercício		39.645	32.930
Lucro por ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,41781	0,34704
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,41781	0,34704
Quantidade de ações no final do exercício - em R\$ mil		94.888	94.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de real)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado do exercício	<u>39.645</u>	<u>32.930</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>39.645</u>	<u>32.930</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		94.888	34.061	(31.048)	97.901
Dividendos adicionais de 2020 distribuídos		-	(29.751)	-	(29.751)
Lucro do Exercício		-	-	11.763	11.763
Constituição de Reserva Legal		-	1.160	(1.160)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	220	(220)	-
Constituição de dividendos adicionais		-	1.045	(1.045)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		94.888	6.735	(21.710)	79.913
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos		-	(1.045)	-	(1.045)
Lucro do Exercício		-	-	32.930	32.930
Reserva de incentivos fiscais		-	8.217	(8.217)	-
Constituição de Reserva Legal		-	4.448	(4.448)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(448)	(448)
Constituição de dividendos adicionais		-	5.230	(5.230)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	(933)	-	(933)
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária		-	(7.123)	7.123	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		94.888	15.529	-	110.417
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos		-	(5.230)	-	(5.230)
Lucro do Exercício		-	-	39.645	39.645
Constituição de Reserva Legal	9.1.a	-	2.534	(2.534)	-
Reserva de incentivos fiscais	9.1.b	-	12.566	(12.566)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(481)	(481)
Constituição de dividendos aintermediários		-	-	(31.328)	(31.328)
Constituição de dividendos adicionais propostos	9.1.c	-	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	(1.107)	-	(1.107)
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	9.1.d	-	(7.264)	7.264	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		94.888	17.028	-	111.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro do exercício	39.645	32.930
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Amortização	20.140	11.899
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	28.935	35.711
Rendimentos de aplicações financeiras	(7.867)	(3.060)
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.533	2.631
	85.386	80.111
Variações nas contas do ativo e passivo circulante e não circulante		
Concessionárias e permissionárias	(3.617)	(846)
Tributos compensáveis	(1.295)	(3.081)
Serviço em curso	(260)	-
Despesas pagas antecipadamente	(7)	-
Outros ativos circulantes	818	(772)
Fornecedores	(862)	910
Impostos a recolher	54	2.305
Encargos setoriais	445	330
Outras contas a pagar	1.738	243
Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(2.986)	(911)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(2.298)
Pagamentos de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	(26.826)	(46.601)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	55.574	30.301
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo imobilizado, líquido dos juros capitalizados	(2.184)	412
Aquisições no ativo intangível	(365)	(2.514)
(Aplicação) resgate sobre aplicações financeiras	6.331	(21.437)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	3.782	(23.539)
Atividades de financiamento		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	-	4.017
Amortização de empréstimos e financiamentos	(16.403)	(9.720)
Dividendos adicionais pagos	(42.939)	(1.045)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(59.342)	(6.748)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	14	14
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	163	149
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	177	163
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	14	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. (“Outorgada”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., Outorgada do grupo Equatorial Energia S.A., domiciliada no Brasil, na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Q ST SCS - B, Quadra nº 09, nº 09 Bloco A, Sala 1201, Parte 2, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Outorgada tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na linha de Transmissão Barreiras II - Buritirama, em 500(*) kV, primeiro circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 213(*) km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Barreiras II; pela subestação Buritirama, em 500(*) kV.

(*) Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão

Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 08/2017 – ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente.

A Outorgada está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1547/2019, com validade pelo período de seis anos, contados a partir de sua assinatura em 27 de dezembro de 2019, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

2 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 15 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 29 de abril de 2024.

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias emitidas em 25 de março de 2024, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente , CPC 48 – Instrumentos Financeiros e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.4 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

5 Concessionárias e permissionárias

Em 31 de dezembro de 2023, a Outorgada passa a constituir um contas a receber, registrado mensalmente através da Receita Anual Permitida (RAP), que será recebida durante o prazo definido no contrato de concessão.

A Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

A composição das contas a receber em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é:

Descrição	Corrente a vencer	Corrente vencida				Total 2023	Total 2022
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	11.207	769	358	131	661	13.126	9.509
Total	11.207	769	358	131	661	13.126	9.509

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Imobilizado e Intangível

6.1 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transferênc ias (B)	Outr os (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciaç ão Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Transmissão	459.903	-	464	-	460.367	464	(39.842)	420.525	439.574
Terrenos	377	-	-	-	377	-	-	377	377
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	8.651	-	-	-	8.651	-	(530)	8.121	8.411
Máquinas e Equipamentos	450.284	-	464	-	450.748	464	(39.208)	411.540	430.214
Veículos	591	-	-	-	591	-	(104)	487	572
Subtotal	459.903	-	464	-	460.367	464	(39.842)	420.525	439.574
Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transferênc ias (B)	Outr os (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciaç ão Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Transmissão	1.913	2.608	(829)	(59)	3.633	1.720	-	3.633	1.913
Máquinas e Equipamentos	-	1.993	(365)	-	1.628	1.628	-	1.628	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	8	615	(464)	(3)	156	148	-	156	8
Adiantamento a fornecedores	1.905	-	-	(56)	1.849	(56)	-	1.849	1.905
Subtotal	1.913	2.608	(829)	(59)	3.633	1.720	-	3.633	1.913
Total do Ativo Imobilizado	461.816	2.608	(365)	(59)	464.000	2.184	(39.842)	424.158	441.487

		31/12/2023	31/12/2022		
Ativo imobilizado em serviços	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	3,31%	460.367	(39.842)	420.525	439.574
Custo Histórico		460.367	(39.842)	420.525	439.574
		460.367	(39.842)	420.525	439.574
Em curso					
Transmissão		3.633	-	3.633	1.913
Custo Histórico		3.633	-	3.633	1.913
		3.633	-	3.633	1.913
		464.000	(39.842)	424.158	441.487

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

A composição das adições do exercício por tipo de gasto capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	460	155	615
Máquinas e equipamentos	1.856	137	1.993
Total das adições	2.316	292	2.608

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor de sistema	2,70%
Equipamento Geral	9,63%
Estrutura Geral	2,92%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As principais adições (que são estão demonstrados na coluna de transferência, pois primeiro são adicionados no em curso, para depois serem transferidos para serviço) ao imobilizado em serviço no exercício (organizados pelo critério de valor) foram:

Denominação do imobilizado	Valor Imobilizado
TC P 500KV 4000RM-1 50KA EXT 4E	218
TRAFO POT CAP 500KV 500/R3KV:115/115/R3V	186
SEC TRIP MOT 550KV 4000A 50KA AV S/LT	50
Total Geral	454

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

6.2 Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A-B+C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço							
Transmissão	27.241		27.241		(1.072)	26.169	26.796
Servidões	23.742		23.742		-	23.742	23.742
Softwares	3.066		3.066		(975)	2.091	2.704
Outros	433		433		(97)	336	350
Subtotal	27.241		27.241		(1.072)	26.169	26.796
Ativo Intangível em Curso							
Transmissão	21	365	-	365	-	386	21
Desenvolvimento de Projetos	-		386	365	-	386	-
Outros	21	365	386		-	-	21
Administração	38		38		-	38	38
Softwares	38		38			38	38
Subtotal	59	365	424	365	-	424	59
Total do Ativo Intangível	27.300	365	27.665	365	(1.072)	26.593	26.855

Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Empréstimos, financiamentos e debêntures

7.1 Abertura do endividamento – R\$ mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente ?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexado r ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	2.495	19.918	372.737	395.150											
BNB I 84MM	1.242	15.560	322.854	339.656	Sim	jun-18	Aval/Fiança	IPCA	2,10%	15/01/24	Mensal	15/01/24	16/10/23	Mensal	SAC
1ª Emissão de Debêntures	1.253	4.677	53.196	59.126	Sim	fev-19	Aval/Fiança	IPCA	4,90%	17/01/24	Semestral	15/01/24	17/01/33	Semestral	SAC
CCAP 1ª Emissão de Debêntures	-	(191)	(1.580)	(1.771)	Sim	fev-19	Não há	Não há	0,00%	31/01/24	N.A.	31/01/24	31/01/24	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma
Custo de Captação - BNB	-	(128)	(1.733)	(1.861)	Sim	ago-20	Não há	Não há	0,00%	31/01/24	N.A.	31/01/24	31/01/24	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma

7.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA							
	2024	2025	2026	2027	2028	2029+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	22.837	22.732	23.953	25.845	26.731	250.639	372.737
BNB I 84MM	16.849	17.721	18.645	19.622	20.657	229.360	322.854
1ª Emissão de Debêntures	6.309	5.333	5.630	6.547	6.398	22.979	53.196
CCAP 1ª Emissão de Debêntures	(193)	(194)	(194)	(196)	(196)	(607)	(1.580)
Custo de Captação - BNB	(128)	(128)	(128)	(128)	(128)	(1.093)	(1.733)

7.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal	Principal + Juros LP	Saldo 2023	Saldo 2022
Ativos Financeiros	35.637	11.437	47.074	45.524
Caixa e aplicações financeiras			-	
Saldo final de caixa - Conta 111	26		26	20
Aplicação financeira CDB	151		151	143
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	177	-	177	163
Aplicação financeira Fundos DI	35.460		35.460	34.982
Aplicação financeira - Recursos vinculados		11.437	11.437	10.379
Investimentos temporários - subtotal	35.460	11.437	46.897	45.361

7.4 Composição do endividamento e dívida líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo 2023	Saldo 2022
(+) Dívida Bruta	2.495	19.918	372.737	395.150	409.444
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.242	15.432	321.121	337.795	353.386
Debêntures Moeda Nacional	1.253	4.486	51.616	57.355	56.058
(-) Ativos Financeiros		(35.637)	(11.437)	(47.074)	(45.524)
Alta Liquidez		(35.637)	(11.437)	(47.074)	(45.524)
(+) Dívida Líquida I	2.495	(15.719)	361.300	348.076	363.920

7.5 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Outorgada possuem garantias reais e fidejussórias e *covenants*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Outorgada cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme abaixo:

- i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Outorgada, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos), com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro 2023; e
- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados entre 31 de dezembro de 2023.

Covenants debêntures

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Outorgada: <=4,5
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0

1ª debêntures

3,7
4,7

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas

informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Outorgada cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

8 Provisão para litígios

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Outorgada com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

8.1 Tributárias

Existem contingências tributárias, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro 2023 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Outorgada com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 584 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão.

9 Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Outorgada, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor de dividendos e da reserva legal deverão ser calculados tomando-se como base o resultado societário

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício (societário)	63.243	55.327
(-) Reserva legal	(2.534)	(2.356)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(12.566)	(8.217)
Lucro líquido ajustado	48.143	44.754
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios	481	448
Dividendos adicionais:		
Realização da reserva de lucros a realizar	1.107	933
Dividendos adicionais propostos	21.187	5.230
Dividendos intermediários distribuídos - Lucros acumulados	19.828	-
Dividendos intermediários distribuídos - Reserva para investimento e expansão	11.500	-
Total dividendos	54.103	6.611

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.000
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	1.045
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	448
Dividendos da reserva de lucro a realizar	933

Pagamento de dividendos no exercício	(1.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.381
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	5.230
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	481
Dividendos intermediários distribuídos de 2023	31.328
Dividendos da reserva de lucro a realizar	1.107
Pagamento de dividendos no exercício	(42.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.588

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito é de R\$ 103.076 e totalmente integralizado é de R\$ 94.888.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital está representado por 103.075.805 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Outorgada.

10.2 Reserva de lucros

	Nota	2023	2022
Reserva legal	(a)	12.452	9.918
Reserva de incentivos fiscais	(b)	20.783	8.217
Reserva de dividendos adicionais propostos	(d)	-	5.230
Proventos excedentes da contabilidade societária	(e)	(16.207)	(7.836)
Total		17.208	15.529

(a) Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor da reserva legal deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 12.452 (R\$ 9.918 em 31 de dezembro de 2022).

(b) Reserva de incentivos fiscais

A CVM, através da Deliberação nº 555, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 12.566 (R\$ 8.217 em 31 de dezembro de 2022), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real, resultando em um saldo de R\$ 20.783 (R\$ 8.217 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Reserva de dividendos adicional propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R\$ 0 (R\$ 5.230 em 31 de dezembro de 2022).

(d) Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos que impactam o caixa advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados diferentes, todas as diferenças são registradas no grupo em questão. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é negativo em R\$ 16.207 (negativo em R\$ 7.836 em 31 de dezembro de 2022).

11 Receita operacional líquida

	2023	2022
Disponibilização do sistema de transmissão	108.325	99.099
Receita operacional bruta	108.325	99.099
Tributos		
PIS	(1.667)	(1.560)
COFINS	(7.507)	(7.059)
	(9.174)	(8.619)
Encargos - Parcela "A"		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(970)	(890)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(342)	(345)
	(1.312)	(1.235)
Receita operacional líquida	97.839	89.245

12 Pessoal e Administradores

Segue abaixo a abertura do grupo de Pessoal e Administradores conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

Pessoal	2023	2022
Remuneração	(1.334)	(1.821)
Encargos	(616)	(19)
Participação nos lucros – PLR	(445)	(180)
Outros benefícios – corrente	(70)	-
	(2.465)	(2.020)
Administradores	2023	2022
Remuneração	(195)	(191)
Encargos	(106)	
Total	(2.766)	(2.211)

13 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	44.178	35.561
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(15.021)	(12.091)
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais	12.566	8.217
Ativo contratual - CPC 47	(2.078)	1.243
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(4.533)	(2.631)

14 Revisão e Reajuste Tarifário

14.1 Reajuste Tarifário Anual

- 14.2** A Outorgada receberá pela prestação do serviço público de transmissão a Receita Anual Permitida (RAP) que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Outorgada é de R\$ 98.184 (MM), homologado pela REH 3.216/2023.Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Outorgada ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,39% a RAP.

15 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7.3	177	-	177	163	-	163
Investimentos temporários	7.3	35.460	-	35.460	34.982	-	34.982
Concessionárias e permissionárias		13.126	-	13.126	9.509	-	9.509
Serviços pedidos		260	-	260	-	-	-
Tributos compensáveis		11.847	-	11.847	13.121	-	13.121
Ativos de contratos	15.1	-	(115.834)	115.834	-	(102.657)	102.657
Despesas pagas antecipadamente	15.2	7	(1.851)	1.858	-	(1.905)	1.905
Outros créditos a receber		782	-	782	1.600	-	1.600
Total do ativo circulante		61.659	(117.685)	179.344	59.375	(104.562)	163.937
Não circulante							
Investimentos temporários		11.437	-	11.437	10.379	-	10.379
Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Ativo de contratos	15.1	-	(654.134)	654.134	-	(646.327)	646.327
Imobilizado	15.3	424.158	424.158	-	441.487	441.487	-
Intangível	15.4	26.593	26.257	336	26.855	26.505	350
Total do ativo não circulante		462.188	(203.719)	665.907	478.721	(178.335)	657.056
Total do ativo		523.847	(321.404)	845.251	538.096	(282.897)	820.993

Passivo	Nota	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Fornecedores		4.922	-	4.922	5.784	-	5.784
Empréstimos, financiamentos e debêntures		22.413	-	22.413	18.874	-	18.874
Tributos a recolher		6.227	-	6.227	4.209	-	4.209
PIS e COFINS diferidos	15.5	-	(3.960)	3.960	-	(3.521)	3.521
Dividendos declarados		1.588	-	1.588	6.381	-	6.381
Encargos setoriais		1.202	-	1.202	757	-	757
Outros passivos circulantes		2.842	-	2.842	1.104	-	1.104
Total do passivo circulante		39.194	(3.960)	43.154	37.109	(3.521)	40.630
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		372.737	-	372.737	390.570	-	390.570
PIS e COFINS diferidos	15.5	-	(87.780)	87.780	-	(81.578)	81.578
Tributos diferidos	15.5	-	(92.658)	92.658	-	(84.390)	84.390
Total do passivo não circulante		372.737	(180.438)	553.175	390.570	(165.968)	556.538
Total do passivo		411.931	(184.398)	596.329	427.679	(169.489)	597.168
Patrimônio líquido	16						
Capital social		94.888	-	94.888	94.888	-	94.888
Reserva de lucros		54.424	(99.610)	154.034	23.365	(105.572)	128.937
Proventos Excedentes da Contabilidade Societária		(37.396)	(37.396)	-	(7.836)	(7.836)	-
Total do patrimônio líquido		111.916	(137.006)	248.922	110.417	(113.408)	223.825
Total do passivo e patrimônio líquido		523.847	(321.404)	845.251	538.096	(282.897)	820.993

Demonstração do resultado

	Nota	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso	15.6	108.325	(20.984)	129.309	99.099	(4.198)	103.297
Transmissão de energia elétrica		108.325	108.325	-	99.099	99.099	-
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	(112.615)	112.615	-	(92.991)	92.991
Receita de construção		-	-	-	-	(2.664)	2.664
Receita de O&M		-	(16.694)	16.694	-	(7.642)	7.642
Outras receitas		-	-	-	-	-	-
Tributos		(9.174)	6.641	(15.814)	(8.619)	8.301	(16.920)
PIS-PASEP		(1.667)	1.154	(2.821)	(1.560)	1.480	(3.040)
Cofins		(7.507)	5.487	(12.993)	(7.059)	6.821	(13.880)
Encargos - Parcela "A"		(1.312)	-	(1.312)	(1.235)	-	(1.235)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(970)	-	(970)	(890)	-	(890)
Taxa de fiscalização		(342)	-	(342)	(345)	-	(345)
Receita líquida / Ingresso líquido		97.839	(14.343)	112.183	89.245	4.103	85.142
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		-	-	-	-	(29.875)	29.875
Variações das margens do ativo de contrato		-	-	-	-	(29.967)	29.967
Custo de construção		-	-	-	-	92	(92)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		97.839	(14.343)	112.183	89.245	(25.772)	115.017
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(26.254)	(17.552)	(8.732)	(17.259)	(9.932)	(7.327)
Pessoal e administradores		(2.766)	-	(2.766)	(2.211)	-	(2.211)
Material		(216)	-	(216)	(315)	-	(315)
Serviços de terceiros		(3.912)	2.604	(6.516)	(2.604)	1.955	(4.559)
Arrendamento e aluguéis		(4)	-	(4)	(4)	-	(4)
Depreciação e amortização	15.3.1	(20.154)	(20.126)	(14)	(11.899)	(11.887)	(12)
Outros		784	-	784	(226)	-	(226)
Resultado da Atividade		71.585	(31.865)	103.451	71.986	(35.704)	107.690
Resultado Financeiro		(27.407)	-	(27.407)	(36.425)	-	(36.425)
Receitas financeiras		7.503	-	7.503	2.925	-	2.925
Despesas financeiras		(34.910)	-	(34.910)	(39.350)	-	(39.350)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		44.178	(31.866)	76.043	35.561	(35.704)	71.265
Despesa com impostos sobre o lucro		(4.533)	8.268	(12.801)	(2.631)	13.307	(15.938)
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício		39.645	(23.598)	63.243	32.930	(22.397)	55.327
Resultado líquido do exercício	17	39.645	(23.598)	63.243	32.930	(22.397)	55.327
Lucro líquido do período básico e diluído, por lote de mil ações - R\$		0,41781		0,66650	0,34704		0,58308
Quantidade de ações no final do exercício - em R\$ mil		94.888		94.888	94.888		94.888

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

15.1 Ativo de contrato

O ajuste de R\$ 769.968 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 748.894 em 31 de dezembro de 2022), identificado entre a linha de ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da não aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, na contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação societária, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

15.2 Despesas pagas antecipadamente

O ajuste de despesas pagas antecipadamente é de R\$ 2.793 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.183 em 31 de dezembro de 2022). As despesas pagas antecipadamente são efetuadas para a construção/manutenção da linha de transmissão, na contabilidade regulatória as mesmas são classificadas no imobilizado em curso. Já na contabilidade societária, as despesas pagas antecipadamente ficam em uma linha separada destacada no balanço, pois estas irão compor o ativo de contrato como os demais imobilizados, mas para o melhor controle, isso só ocorre a medida que essas despesas são baixadas, gerando essa diferença entre os balanços

15.3 Imobilizado

O ajuste de R\$ 424.158 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 441.487 em 31 de dezembro de 2022), identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos financeiros de concessão e intangível societários, é decorrente da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios adota-se a estrutura vigente no manual do regulador, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados no ativo imobilizado e intangível.

15.3.1 Depreciação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizadas no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

15.4 Intangível

O ajuste de R\$ 26.257 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 26.505 em 31 de dezembro de 2022), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem

para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

15.4.1 Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizadas no ativo intangível e passariam a ser amortizados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1)/OCPC05 a partir do início da concessão.

15.5 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária, são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 92.658 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 84.390 em 2022) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 91.740 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 85.099 em 2022), onde todos os efeitos são referentes a aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidas sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

15.6 Receita e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

16 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022
Saldos conforme contabilidade societária	248.922	223.825
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato da concessão (ICPC 01)	(137.006)	(113.408)
Lucro / (prejuízo) do exercício – Regulatório	111.916	110.417

17 Conciliação do resultado societário e regulatório

	2023	2022
Saldos conforme contabilidade societária	63.243	55.327
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(23.598)	(22.397)
Lucro líquido regulatório no fim do exercício	39.645	32.930

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47 e ICPC 01 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

18 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 21.187, decorrentes do resultado do exercício.

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior
Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente
Contador

CRC PE 012996-O-3 S-DF